



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

CONVÊNIO DE COOP. - FINANCEIRA
Nº 002/2009-SEMA/INSTITUTO VITÓRIA-RÉGIA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO - FINANCEIRA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA
DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO PARÁ
(SEMA) E O INSTITUTO VITÓRIA-RÉGIA
PARA O DESENVOLVIMENTO DA
AMAZÔNIA, DA FORMA COMO ABAIXO
MELHOR SE INFERE.

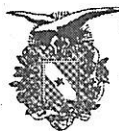
A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARÁ-SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921783/0001-68, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº2717, Bairro do Marco, na Cidade de Belém do Pará, CEP66.092-770, neste ato representada por seu Secretário, nomeado através de Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará- D.O.E./PA nº 31.430 de 01 de junho de 2009, Sr. **ANÍBAL PESSOA PICANÇO**, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade nº 1460237 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.708.842-49, residente e domiciliado nesta cidade; doravante denominada **CONCEDENTE** e o **INSTITUTO VITÓRIA-RÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**, inscrito no CNPJ nº. 05.670.699/0001-10, com sede na Travessa Angustura, nº 3585 A – Marco, CEP 66095-490, na cidade de Belém do Pará, representado pela Diretor Presidente, Sr. **Alex Santos Keuffer**, portadora da Cédula de Identidade nº. 1653519 SSP/PA, CPF nº. 425.591.702-72, Brasileiro, solteiro, administrador, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Financeira com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e legislação correlata mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM

Considerando o Processo nº 21271/2009, com base no Decreto Estadual nº 801, de 15/02/2008 e em toda a legislação aplicável à espécie e em especial na Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações posteriores, pactuam entre a SEMA e o Instituto Vitória-Régia, visando proporcionar aos índios Tembé da terra indígena Alto Rio Guamá, a garantia da segurança alimentar a ampliação das atividades e ocupação e a geração de renda, a partir das iniciativas de implantação de projetos da produção agro-ecológica e de outros interesses do povo Tembé.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto planejar e discutir com as comunidades envolvidas, através de seminários em 06 (seis) pólos (Aldeias Canindé, Tekohaw, Cajueiro-Rio Gurupí e Aldeias Frásqueira, São Pedro e Sede – Rio Guamá) planejando ações a serem executadas e as estratégias utilizadas para a sustentabilidades dos projetos familiares; capacitar os produtores indígenas com cursos de qualificação



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

técnica de organização social, possibilitando a gestão dos projetos e o fortalecimento das organizações sociais; implantar projetos de iniciativas agro-ecológicas, garantindo a segurança alimentar, ampliando o nível de ocupação e o aumento da renda às famílias envolvidas; implantar os serviços sócio-ambientais; formar agentes locais de desenvolvimento com papel de articular ações voltadas para consolidar os projetos implantados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para cumprimento do objeto deste convênio, as partes obrigam-se a elaborar e cumprir Planos de Trabalho específicos, que passarão a fazer parte integrante deste convênio, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Planos de trabalho serão aprovados e monitorados por uma Coordenação de Acompanhamento, formada por técnicos designados pelas partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os valores estipulados para a execução dos Planos de Trabalho devidamente aprovados pelas partes integrante deste Convênio, não poderão extrapolar os limites de recursos previstos pelas partes.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso sejam identificadas necessidades de adequação, o Plano de Trabalho será reavaliado pela Comissão de Acompanhamento, a qual deverá propor a readequação necessária.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Constituem-se obrigações da SEMA:

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida, na Planilha Orçamentária e no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;
- b) Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Convênio;
- c) Analisar as Prestações de Contas, objeto do presente Convênio;
- d) Acompanhar as atividades de execução e examinar os bens, locais, trabalhos, ações e construções, avaliando os seus resultados e reflexos;
- e) Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução do convênio, mediante proposta do Conveniente devidamente justificada, que deverá ser apresentada à **CONCEDENTE** no Prazo mínimo de vinte dias do término do convênio, respeitadas as disposições do parágrafo segundo da Cláusula Sexta;
- f) Prorrogar “de ofício” a vigência deste instrumento, quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo do **CONCEDENTE**, conforme consta no Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) Exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio;

II – Constituem-se obrigações do Instituto Vitória-Régia:

- a) Executar todas as atividades inerentes a implementação do presente Convênio, com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho;
- b) Não utilizar os recursos recebidos da **CONCEDENTE** em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência;
- c) Restituir, à conta da **CONCEDENTE**, eventual saldo dos recursos transferidos pela **CONCEDENTE** e/ou de rendimentos decorrentes de aplicação financeira, existente na



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

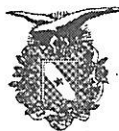
- data de sua conclusão ou extinção, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especiais;
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhistas e previdenciários decorrentes ou não do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
 - e) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;
 - f) Promover a divulgação das ações objeto deste convênio citando, obrigatoriamente, a participação da **CONCEDENTE**, nos trabalhos realizados, na forma por este estabelecida;
 - g) Permitir e facilitar o acesso de técnicos da **CONCEDENTE** e outros por ele designados, e de auditores do Sistema de Controle Interno e Externo, a todos os documentos relativos à execução do Objeto deste Convênio, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas;
 - h) Apresentar Relatório Técnico Final, explicitando as repercussões do projeto objeto deste Convênio;
 - i) Fornecer todas as informações solicitadas pela **CONCEDENTE** referente ao projeto e a situação financeira do **CONVENIENTE** durante o período de sua execução;
 - j) Realizar as despesas para a execução do objeto do convênio expresso no Plano de Trabalho, exclusivamente dentro do período previsto na cláusula sexta;
 - k) Utilizar os bens e serviços custeados com recursos da **CONCEDENTE** exclusivamente na execução do objeto deste convênio;
 - l) Comunicar à **CONCEDENTE** sempre que houver prêmios, títulos, homenagens e afins, decorrentes dos trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio;
 - m) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida, na Planilha Orçamentária e no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DO GERENCIAMENTO

As instituições signatárias poderão determinar a criação de uma Coordenação para o presente Convênio, que deverá ser composta com representantes das mesmas, e terá como função precípua a execução das ações aqui previstas e aprovação de projetos, programas e proposta específicos referentes ao objeto descrito na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Comissão de Acompanhamento do Convênio será responsável pela análise e aprovação dos planos de trabalho específicos e avaliará, com uma periodicidade trimestral ou outra estabelecida pela própria Comissão, às ações objeto deste convênio sugerindo alterações e prorrogações de metas e prazos dos planos de trabalho, o que implica sua revisão. A Comissão encaminhará as atas das reuniões, bem como o relatório conclusivo, à Diretoria de Áreas Protegidas da SEMA/PA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Comissão de Acompanhamento desse Convênio será constituída por 02 (dois) representantes da **CONCEDENTE** e 02 (dois) representantes do **CONVENIENTE**, com um suplente para cada titular.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos necessários para a execução do objeto deste Convênio serão no montante total de R\$1.493.549,24 (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos), que correrão por conta da CONCEDENTE, de acordo com a programação estabelecida pelos planos de trabalho específicos e pelo plano de trabalho anexo, na seguinte dotação orçamentária: PTRES: 274911; FONTE: 0116002207; ELMENTOS: 335041.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos necessários à execução dos planos de trabalho deverão estar previstos no orçamento da CONCEDENTE para os anos de vigência do Convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos previstos nos planos de trabalho deverão ser liberados em parcelas, de acordo com as etapas e o cronograma de desembolso estabelecido nos planos de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: é vedado ao órgão receptor dos recursos liberados pela CONCEDENTE, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente:

- a) Transferir estes recursos a qualquer órgão não descrito no Plano de Trabalho e/ou conta não vinculada ao Convênio, mesmo a título de controle;
- b) Pagar gratificações, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores que pertençam aos órgãos ou entidade da Administração Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, que estejam lotados ou em exercício em qualquer dos entes partícipes;
- c) Realizar despesa anterior ou posterior à vigência do presente Convênio;
- d) Realizar despesas com publicidade (salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social) da qual não devem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, de acordo com o artigo 22 da Constituição Estadual.

PARÁGRAFO QUARTO: quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, os saldos financeiros remanescentes de resíduos de gastos serão aplicados de acordo com plano de trabalho aprovado pela Comissão de Acompanhamento e, se não autorizado a aplicá-lo, devolvidos à CONCEDENTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do CONVENENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA

Os recursos transferidos pela CONCEDENTE para o objeto deste Convênio serão mantidos em conta bancária específica do CONVENENTE, no Banco do Brasil S.A. ou Banco Oficial do Estado, sendo movimentada pela gerência administrativa deste Convênio e sendo permitidos somente saques para o pagamento de despesas previstas nos planos de trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária. Os planos de trabalho específicos deverão ser aprovados pela Comissão de Acompanhamento deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Instituto Vitória-Régia ficará sujeito a apresentar prestação de contas final do total dos recursos recebidos, que será constituída de relatório do cumprimento do objeto, acompanhada de:

- a) Planos de Trabalho;
- b) Relatórios de Execução Físico-Financeira, referente a cada plano de trabalho;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

- c) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, e os saldos;
- d) Relação de pagamentos;
- e) Relação de bens (adquiridos, produzidos ou construídos) que foram repassados para a CONCEDENTE;
- f) Extrato da conta bancária específica do período de recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas final será apresentada pelo CONVENIENTE à CONCEDENTE, até 60 (sessenta) dias após a data final da vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio depende de prévia e formal aprovação da CONCEDENTE, sendo obrigatoriamente destacada a participação das entidades conveniadas, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as Partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e ainda na ocorrência dos seguintes motivos:

- a) Falta de apresentação dos relatórios de Execução Físico – Financeira e de prestação de contas pelo CONVENIENTE no prazo estabelecido;
- b) Utilização dos recursos em desacordo com os Planos de Trabalho;
- c) O não cumprimento por parte da CONCEDENTE das obrigações previstas neste Convênio; e
- d) O não cumprimento por parte do CONVENIENTE de suas obrigações previstas neste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cooperação Financeira vigorará, da data de sua assinatura, por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado ou alterado, executando-se seu objeto, se os Partícipes assim o desejarem, mediante a celebração de termo(s) aditivo(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: em caráter excepcional e devidamente justificado em ata a Comissão de Acompanhamento poderá aprovar a reformulação dos planos de trabalho, sendo vedada a mudança do objeto e das metas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

As CONVENIENTES não respondem, solidária ou subsidiariamente, por obrigações oriundas deste CONVÊNIO, respondendo isoladamente cada uma pelos atos e obrigações ora firmadas.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos ou construídos com recursos liberados pela CONCEDENTE pertencerão ao patrimônio do CONVENIENTE ao final do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A SEMA/PA providenciará à sua conta a publicação deste Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez), a contar da data de assinatura, de acordo com o artigo 28, § 5, da Constituição Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RELATÓRIO FINAL

O Relatório Final da Execução das atividades previstas neste Convênio será entregue no prazo máximo de noventa (90) dias após o término da vigência das metas previstas nos últimos planos de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXECUÇÃO

É facultado à CONCEDENTE, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente instrumento, assumir a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológicas decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio serão atribuídos às Partes CONVENIENTES, sendo vedada a sua divulgação, total ou parcial, sem o consentimento prévio e formal das Partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de serem desenvolvidos produtos, tecnologias ou outros bens passíveis de patenteamento ou comercialização, surgidos no âmbito das atividades do presente Convênio, deverá ser observado o disposto no Decreto Nº 98.830, de 15/01/90, Art. 10, ou outros que venham tratar deste assunto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: é vedada a utilização das informações e produtos mencionados no caput desta cláusula, em qualquer outro estudo ou projeto, sem prévio consentimento das Partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: fica assegurado à CONCEDENTE o direito de uso, sem ônus adicional, de todos os produtos resultantes da execução do objeto do presente Instrumento, mediante lavratura de Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CONFLITOS ENTRE OS PARTICÍPES

Aplica-se ao presente instrumento, no que couber, as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e as alterações posteriores.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual para dirimir litígios oriundos deste Convênio não resolvidos na esfera administrativa, sendo excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as Partes assinam o presente Instrumento, em 03 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito na presença das testemunhas que também os subscrevem.

ANÍBAL PESSOA PICAÑO
Secretário de Estado de Meio Ambiente

Belém, 22 de ~~Setembro~~ de 2009.

ALEX SANTOS KEUFFER
Diretor Presidente do Instituto Vitória-Régia Para
O Desenvolvimento Da Amazônia

Testemunhas:

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA
Governadora do Estado do Pará

CPF Nº.

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA
Presidente da Fundação Nacional do Índio

CPF Nº.



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31515 de 30/09/2009

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA

Número de Publicação: 31619

Nº DO TERMO: 002/2009-SEMA/PA

PARTES: Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA e o Instituto Vitória-Régia para o Desenvolvimento da Amazônia

OBJETO: Planejar e discutir com as comunidades envolvidas, através de seminários em 06 (seis) pólos (Aldeias Canindé, Tekohaw, Cajueiro-Rio Gurupí e Aldeias Frasqueira, São Pedro e Sede – Rio Guamá) planejando ações a serem executadas e as estratégias utilizadas para a sustentabilidade dos projetos familiares; capacitar os produtores indígenas com cursos de qualificação técnica de organização social, possibilitando a gestão dos projetos e o fortalecimento das organizações sociais; implantar projetos de iniciativas agro-ecológicas, garantindo a segurança alimentar, ampliando o nível de ocupação e o aumento da renda às famílias envolvidas; implantar os serviços sócio-ambientais; formar agentes locais de desenvolvimento com papel de articular ações voltadas para consolidar os projetos implantados

VIGÊNCIA: Início 22/09/2009 e Término 21/10/2009

VALOR: R\$ 1.493.549,24 (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PTRES 274911, FONTE 0116002207, ELEMENTO 335041

FONTE DE RECURSO: Estadual

FORO: Justiça Estadual

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2009

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Aníbal Pessoa Picanço, Secretário de Estado de Meio Ambiente

RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE RECEBEDORA DE RECURSOS: Alex Santos Keuffer, Diretor Presidente do Instituto Vitória-Régia para o Desenvolvimento da Amazônia

ENDEREÇO COMPLETO DAS PARTES: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Trav. Lomas Valentinas 2717, Bairro do Marco, CEP 66095-770, Belém/PA e Instituto Vitória-Régia para o Desenvolvimento da Amazônia, Trav. Angustura, nº 3585 A – Marco, CEP 66095-490, Belém/PA



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31729 de 12/08/2010

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Errata de Convênio Financeiro - 002/2009

Número de Publicação: 143101

Nº DO CONVÊNIO: 002/2009-SEMA/PA

DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: 30/09/2009

PARTES: Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA e o Instituto Vitória-Régia para o Desenvolvimento da Amazônia

ONDE SE LÊ: "VIGÊNCIA: Início 22/09/2009 e Término 21/10/2009"

LEIA-SE: "VIGÊNCIA: Início 22/09/2009 e Término 21/09/2010"

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Aníbal Pessoa Picanço, Secretário de Estado de Meio Ambiente

PLANO DE TRABALHO – 1/3
1 DADOS CADASTRAIS

Orgão ou entidade proponente			CNPJ/MF	
INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA			05 670 699/0001-10	
Endereço		Cidade	UF	CEP
Travessa Angustura, 3585 A – Bairro do Marco		Belém	PA	66095-040
DDD/Telefone	Home page	E-mail		
32764030	www.institutovitoriaregia.org.br	contato@institutovitoriaregia.org.br		
Conta corrente	Banco	Agência	Praça de pagamento	
1.030-8	BANPARÁ	014	Belém	
2 – Responsável		CI/Orgão expedidor	CPF	
Alex Santos Keuffer		1653519 – SEGUP-PA	425.591.702-72	
Cargo/Função			E-mail	
Diretor Presidente			alkeuffer@hotmail.com	
Endereço		Cidade	UF	
Av. João Paulo II, 1931- Marco – Belém - PA		Belém	PA	

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Programa		Duração (mm/aa)	
Desenvolvimento Local para 250 Famílias Tembê da Terra Indígena Alto Rio Guamá		Início	Setembro / 2009
		Término	Agosto / 2010
Título do Projeto			
Programa de Desenvolvimento Local para 250 Famílias Tembê da Terra Indígena Alto Rio Guamá			
Identificação do Objeto			
Proporcionar aos índios Tembê da Terra indígena Alto Rio Guamá, a garantia da segurança alimentar, a ampliação das atividades de ocupação e a geração de renda, a partir das iniciativas da implantação de projetos da produção agroecológica e de outros de interesse do Povo tembê.			

Area de abrangência do projeto (assinalar com "X" e relacionar os estados/municípios em anexo)			
<input checked="" type="checkbox"/> X	Microrregional	<input type="checkbox"/> Estadual	<input type="checkbox"/> Regional
Lista de municípios/territórios/estados:			
Estado: Pará			
Território: Nordeste Paraense			
Município: Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte e Paragominas			

	PLANO DE TRABALHO	2/3
--	--------------------------	-----

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
		UNID.	QUANT	INÍCIO	TÉRMINO
1.0	Bolsa Floresta (serviços sócio-ambientais)	Bolsa	2.500	Set 2009	Mai 2010
2.0	Implantação dos Pólos de Artesanato	Pólo	06	Out 2009	Jan 2010
3.0	Implantação de Projetos de Prod. Agroecológicos Integrados	Projetos Familiares	541	Out 2009	Mai 2010
4.0	Serviços Técnicos Especializados	VB	03	Out 2009	Ago 2010
5.0	Implantação da Infra-Estrutura e Logística	VB	10	Out 2009	Mar 2010
6.0	Serviços Administrativos	VB	12	Set 2009	Ago 2010

(*) VALOR BÁSICO/MÊS

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$1,00)

CÓDIGO ELEM. DESP.	ESPECIFICAÇÃO	PROPONENTE	CONCEDENTE	TOTAL
	Material de Consumo	0,00	238.625,00	238.625,00
	Serviço de Terc. Pess. Física	0,00	630.560,00	630.560,00
	Serviço de Terc Pess. Jurídica	0,00	288.364,24	288.364,24
	Equipamento	0,00	336.000,00	336.000,00
TOTAL GERAL		0,00	1.493.549,24	1.493.549,24

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO												
Item	Custos em R\$ por Mês											
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Material de Consumo		62.906,27		58.572,91			58.572,91			58.572,91		
Serviço de Terc. P. Física		159.390,02		157.056,66			157.056,66			157.056,66		
Serviço de Terc. P. Jurídica		64.591,00		74.591,08			74.591,08			74.591,08		
Equipamento		150.000,00		62.000,00			62.000,00			62.000,00		



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA

TERMO ADITIVO Nº. 01/2010
CONVÊNIO FINANCEIRO
Nº 002/2009-SEMA/PA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FINANCEIRO Nº 002/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA/PA E O INSTITUTO VITÓRIA-RÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARÁ-SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921783/0001-68, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº2717, Bairro do Marco, na Cidade de Belém do Pará, CEP66.092-770, neste ato representada por seu Secretário, nomeado através de Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará-D.O.E./PA nº 31.430 de 01 de junho de 2009, Sr. **ANÍBAL PESSOA PICANÇO**, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade nº 1460237 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.708.842-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONCEDENTE** e o **INSTITUTO VITÓRIA-RÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**, inscrito no CNPJ nº. 05.670.699/0001-10, com sede na Travessa Angustura, nº 3585 A – Marco, CEP 66095-490, na cidade de Belém do Pará, representado pela Diretor Presidente, Sr. **ALEX SANTOS KEUFFER**, portadora da Cédula de Identidade nº. 1653519 SSP/PA, CPF nº. 425.591.702-72, Brasileiro, solteiro, administrador, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Financeira com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e legislação correlata mediante as cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo nº 01/2010 ao Convênio nº 002/2009-SEMA/PA, tem origem no Processo nº 2009/21271, tendo por fundamento legal na Cláusula Décima do referido Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.

Constitui objeto deste instrumento a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 03 (três) meses, além de aditar o valor de **R\$ 162.000,00** (cento e sessenta e dois mil reais) sobre o valor inicial do convênio que é de **R\$ 1.493.549,24** (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos), passando o valor global do mesmo a ser de **R\$ 1.655.549,24** (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

[Assinatura]

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA

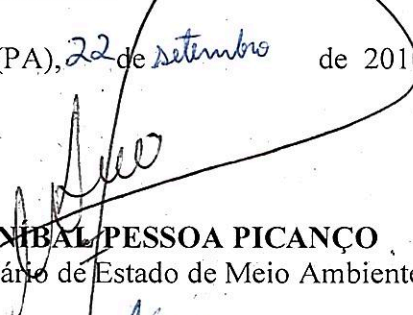
CLÁUSULA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1- Permanecem INALTERADAS todas as demais cláusulas e condições do convênio original, não alterados por este instrumento.

3.2- O presente instrumento será publicado sobre a forma de extrato, às expensas da CONCEDENTE, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias e sua assinatura.

E, por estarem assim justos e contratados, com as cláusulas e condições ora estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de iguais teor e forma na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem.

Belém (PA), 22 de setembro de 2010.


ANÍBAL PESSOA PICANÇO
Secretário de Estado de Meio Ambiente


ALEX SANTOS KEUFFER
INSTITUTO VITÓRIA-RÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Testemunhas:

NOME: Rafaela de matos menezes NOME: Doival Pereira Tanceres Neto

C.I. RG nº: 3925258 SSP/PA

C.I. RG nº 435480 SSP/PA

CPF/MF nº 757.583.342-00

CPF/MF nº 789.493.412-49



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31763 de 30/09/2010

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Termo Aditivo a Convênio

Número de Publicação: 162400

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 22/09/2010

Valor: 162.000,00

Vigência: 22/09/2010 a 21/12/2010

Justificativa: Prorrogação de vigência e aditamento de valor

Objeto: Prorrogação de vigência por mais 03 meses e aditamento de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais) sobre o valor inicial

Convenio: 2/2009

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

18542124749110000 335041 0316002207 Estadual

Partes:

Beneficiário ente Privado: Instituto Vitória-Régia para o Desenvolvimento da Amazônia

Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Nome do Ordenador: ANÍBAL PESSOA PICANÇO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

SEMA
Fls. 11
[assinatura]

- c) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, e os saldos;
- d) Relação de pagamentos;
- e) Relação de bens (adquiridos, produzidos ou construídos) que foram repassados para a CONCEDENTE;
- f) Extrato da conta bancária específica do período de recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas final será apresentada pelo CONVENIENTE à CONCEDENTE, até 60 (sessenta) dias após a data final da vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio depende de prévia e formal aprovação da CONCEDENTE, sendo obrigatoriamente destacada a participação das entidades conveniadas, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as Partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e ainda na ocorrência dos seguintes motivos:

- a) Falta de apresentação dos relatórios de Execução Físico – Financeira e de prestação de contas pelo CONVENIENTE no prazo estabelecido;
- b) Utilização dos recursos em desacordo com os Planos de Trabalho;
- c) O não cumprimento por parte da CONCEDENTE das obrigações previstas neste Convênio; e
- d) O não cumprimento por parte do CONVENIENTE de suas obrigações previstas neste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cooperação Financeira vigorará, da data de sua assinatura, por 01 (um) mês, podendo ser prorrogado ou alterado, executando-se seu objeto, se os Partícipes assim o desejarem, mediante a celebração de termo(s) aditivo(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: em caráter excepcional e devidamente justificado em ata a Comissão de Acompanhamento poderá aprovar a reformulação dos planos de trabalho, sendo vedada a mudança do objeto e das metas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

As CONVENIENTES não respondem, solidária ou subsidiariamente, por obrigações oriundas deste CONVÊNIO, respondendo isoladamente cada uma pelos atos e obrigações ora firmadas.